



PRÁTICAS RESTAURATIVAS E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E PARA OS DIREITOS HUMANOS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS¹

Área Temática:

Direitos Humanos e Justiça

Autor: Joana Patias GOI²

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/Ijuí (UNIJUÍ)

Autores: M. D. M. VIEIRA³; E. E. HAUSER⁴; B. GUBIANI⁵; S. A. C. FENGLER⁶.

Introdução

O presente relato de experiência apresenta e discute ações realizadas no âmbito do projeto de extensão Cidadania para Todos, projeto de ação comunitária desenvolvido desde o ano de 2006 por alunos e professores dos cursos de Direito e Psicologia da UNIJUÍ. Seu principal objetivo é promover a educação para a cidadania e para os direitos humanos, por intermédio de oficinas e palestras planejadas e organizadas a partir de grandes eixos temáticos que têm a cidadania e os direitos fundamentais como aspectos transversais.

A Extensão é um espaço fértil de interação acadêmica e dialógica com a sociedade que permite melhor compreender problemas e potencialidades, bem como promover a socialização, sistematização e produção de conhecimentos, contribuindo com transformações e mudanças desejadas pela comunidade. Também permite a reflexão coletiva e crítica sobre as diferentes temáticas trabalhadas, de modo a instigar pesquisa científica capaz de compreender a realidade e propor novas ações e políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida, de emancipação dos sujeitos e de desenvolvimento da cidadania.

Tendo por referência tais diretrizes o projeto Cidadania para Todos tem como objetivo principal promover ações de educação em direitos humanos e cidadania, em especial quanto aos temas da violência escolar, familiar e de gênero, da inserção de jovens no mercado de trabalho, da interação nos espaços virtuais de comunicação e do protagonismo dos jovens na afirmação dos direitos humanos. Para cumprir com tais objetivos são utilizadas oficinas e

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão Cidadania para Todos da UNIJUÍ.

² Joana Patias Goi, acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUÍ.

³ Marina Della Méa Vieira, acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ.

⁴ Ester Eliana Hauser. Mestre em Direito (UFSC). Professora do Curso de Direito da UNIJUÍ, Coordenadora do Projeto Cidadania para Todos.

⁵ Bruna Gubiani, acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ.

⁶ Sonia Aparecida da Costa Fengler, professora do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUÍ.

ações estruturadas a partir de princípios e valores restaurativos nas quais a reflexão, o diálogo, a vivência de valores cidadãos e o protagonismo dos envolvidos são estratégias estruturantes.

Metodologia

As oficinas são desenvolvidas junto a comunidades escolares, envolvendo discentes, docentes e famílias e são baseadas em práticas restaurativas, em especial por meio da realização de círculos de diálogo e de construção de paz (PRANNIS, 2010). Os círculos são organizados a partir de um roteiro pré-estabelecido e as temáticas são eleitas a partir da aproximação com a realidade de comunidades escolares, em especial de escolas públicas. Os participantes geralmente são organizados em formato circular, o que possibilita que cada sujeito veja o outro, sem qualquer hierarquia. Para tornar concreta a igualdade pretendida, em cada momento de fala utiliza-se o “objeto da palavra”, cuja função é oferecer o poder da fala para aquele que está com o objeto em mãos. Tal metodologia contribui para que os participantes exercitem a escuta atenta, desenvolvam empatia e tenham a oportunidade de fala. Ademais, são estimulados a refletir sobre os temas em discussão, apontando potencialidades, desafios e como cada um pode contribuir para a construção de soluções adequadas aos problemas e dificuldades vivenciadas nos diferentes espaços de convivência.

Desenvolvimento e Processos Avaliativos

Todas as etapas do círculo observam princípios como a voluntariedade e a confidencialidade, de modo que os participantes não são pressionados a falar caso não o queiram. Nesse sentido, são apresentados e discutidos, inicialmente, valores como liberdade, empatia, igualdade, respeito, paz, entre outros, sendo os integrantes chamados a escolher qual deles deve conduzir o diálogo no círculo e qual consideram mais importante nas relações cotidianas. Tal exercício possibilita a formação de um lugar diferenciado, que proporciona a reflexão, o protagonismo dos envolvidos e a vivência de valores básicos civilizatórios.

Posteriormente, são definidos acordos que nortearão as atividades, indicando como os participantes se conduzirão no círculo. Diretrizes como falar de si, não julgar e ser sincero, descrevem quais comportamentos os participantes sentem que tornarão o espaço seguro. Posteriormente, são estimulados a refletir, por meio de perguntas norteadoras e histórias pessoais, sobre diferentes questões que envolvem direitos humanos e cidadania, em especial os desafios para sua efetivação na vida cotidiana.

Além disso, os sujeitos são estimulados a construir propostas de ação ou acordos em que cada participante pode se responsabilizar (de forma voluntária) com a transformação de comportamentos ou a realização de ações individuais ou coletivas visando a afirmação dos direitos humanos e a construção de uma cultura de não violência nos diferentes espaços de

convivência. Cumpre destacar que, para cada tipo de abordagem, são produzidos materiais lúdicos específicos, que se referem a temática abordada no círculo.

Nestes processos as ferramentas da Comunicação Não Violenta (CNV) são fundamentais, pois expressam uma nova forma de relacionamento que possibilita a conexão verdadeira entre sujeitos, contribuindo para uma significativa melhora na qualidade dos relacionamentos interpessoais (ROSENBERG, 2006). Nos círculos restaurativos, lugar em que o diálogo ocupa um espaço fundamental, a utilização da CNV para expressar sentimentos e identificar necessidades tende a produzir impactos significativos tanto no que diz respeito ao reconhecimento do outro quanto na exteriorização honesta daquilo que se sente ou deseja.

Cumpre destacar que o respeito mútuo e a liberdade de expressão são valores que guiam o desenvolvimento das atividades da extensão. O foco é voltado para as necessidades que cada sujeito gostaria de ver atendida e o que se pode fazer para que sejam atendidas. Nesse contexto, os participantes são provocados a sair de uma condição de passividade e assumir o protagonismo, sendo estimulados a falar sobre aquilo que precisam. Para avaliação do impacto das atividades os participantes são estimulados, por meio de círculos avaliativos e produções individuais, ao final das etapas, a refletir sobre o que mudou nas relações cotidianas.

Considerações Finais

Ao proporcionar espaços seguros para a expressão de sentimentos, necessidades e opiniões, permite-se que os envolvidos em situações difíceis se tornem protagonistas na busca por soluções e, de forma voluntária, assumam a reponsabilidade com o resultado. A partir disso, ao permitir que os sujeitos sejam vistos em sua totalidade, se identifiquem com os demais em suas semelhanças, de forma a criar vínculos, sobretudo entre as pessoas que convivem diariamente, os atos de violência deixam de servir como resposta aos problemas interpessoais. Isso tudo possibilita que todos os participantes (acadêmicos, professores e membros da comunidade externa) se sintam tocados e motivados a construir, conjuntamente, uma nova realidade. Tais aspectos demonstram, em suma, o quanto tais vivências constituem formas de resgatar a autonomia dos indivíduos, de forma a empoderá-los e tornar possível a implementação de uma cultura de paz, construída a partir da postura que cada sujeito assume diante das ações/relações cotidianas.

Referências Bibliográficas:

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** Trad. Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.
PRANIS, Kay. **Processos Circulares.** Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.